

Reprodução

DESPESA COM PESSOAL

- Despesas executadas entre maio/2023 a abril/2024
- DESPESA TOTAL COM PESSOAL: R\$ 591.002.126,28
- APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL
- RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V): R\$ 945.906.091,99
- 62,48%
- do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - R\$ 516.789.285,67
- Limite máximo 54%
- Limite prudencial 51,30%

Slide exibido sobre Despesa Pessoal da prefeitura de Itaguaí

Prestação de contas para inglês ver

Era tão, mas tão grande, a vontade da Prefeitura de Itaguaí de dar publicidade e encher a audiência pública, de caráter obrigatório, para prestar de contas do 1º quadrimestre de 2024, que, além de marcar a data da reunião para 15h de quarta-feira, dia 29 de maio, véspera do feriadão de Corpus Christi, ela ainda ‘esqueceu’ de informar o local que seria realizado o evento. No próprio chamamento, publicado no Jornal Oficial do município, faltava a informação.

Como resultado, nenhum dos 11 vereadores esteve na sessão, que acabou sendo feita na própria Câmara. Presentes, apenas o técnico de som da Casa, dois funcionários de terceiro escalão da Secretaria de Fazenda e um pré-candidato a vereador, Daniel Barbosa (PL). Entre os slides exibidos, um chamou a atenção do pré-candidato: o limite de gastos com pessoal, que há havia estourado o teto de 54% das receitas líquidas que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não para de crescer: já está em 62,48%, o que significa, pela lei, improbidade administrativa.



Plenário da Câmara vazio, na última semana

Telson Pires no Instituto dos Advogados Brasileiros

O advogado e professor Telson Pires tomará posse no Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), nesta quarta-feira (5). A solenidade terá início às 18h. O IAB é a instituição jurídica mais antiga das Américas, fundada no ano de 1843 pelo imperador Dom Pedro II. Desde a sua criação, o Instituto tem sido um pilar da sociedade brasileira, tendo contribuído com a redação da primeira constituição republicana (1891), com a criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1830, para organizar a categoria profissional de advogados, dentre outras realizações. Suas comissões de altos estudos, integradas por importantes juristas, e seus posicionamentos sobre temas relevantes, têm contribuído, há séculos, para



Os advogados Dr. Telson Pires e Dr. Paulo Lins e Silva, uma amizade que já dura 30 anos

o processo de aperfeiçoamento do direito brasileiro. Indicado pelo advogado Paulo Lins e Silva, de família tradicional de advogados brasileiros, Telson Pires é dou-

torando em Direito (UFF), mestre em Direito (UGF), professor de Direito há 25 anos e autor de várias obras e artigos jurídicos. Atualmente é vice-reitor do Unisignorelli.

MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

PINGA-FOGO

■ **JAÉ OU JÁ ERA?** - Se vale o que está escrito, o Consórcio Bilhete Digital - vencedor da contestada licitação da cidade do Rio - terá que ser multado pelos sucessivos atrasos na implementação do novo sistema de pagamentos no transporte municipal que, a princípio, vai substituir o cartão Riocard Mais a partir de 19 de julho. Segundo o contrato de licitação acordado em dezembro de 2022, o cartão Jaé deveria estar em pleno funcionamento desde 19 de abril em todos os meios de transporte sob a gestão da Prefeitura.

■ **CONSÓRCIO SEM MULTA** - Entretanto, essa não é a realidade enfrentada pelos passageiros, que ainda não conseguem utilizar o novo cartão na maior parte das linhas de vans e ônibus municipais. Quem conhece o assunto calcula que o valor da multa contra o Consórcio Bilhete Digital é de aproximadamente R\$ 100 mil a cada dia de atraso. O descumprimento contratual, até agora, pode ser classificado como uma infração média, segundo as regras descritas no edital de licitação. Será que a Prefeitura e o consórcio só irão cumprir o que está escrito quando o descumprimento atingir um patamar mais grave, e com maior prejuízo aos passageiros?

■ **CAIADO ESCLARECE** - O presidente da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, Carlo Caiado, enviou nota à coluna esclarecendo a informação que o novo bairro Barra Olímpica abandonaria o código referente às suas áreas originais e adotaria o da Barra. Afirma Caiado: “Só para esclarecer, a única mudança é de identidade geográfica. Não haverá absolutamente nenhuma mudança urbanística, nem alteração de IPTU, nem de CEP. Só mudou o nome e delimitou as ruas geograficamente. As regras urbanísticas seguem os dispositivos do Plano Diretor, ou seja, nada muda na legislação”. O setor da construção respira aliviado e poderá manter os projetos que estavam em andamento, com apartamentos menores que os da Barra da Tijuca.

■ **O RIO TEM JEITO** - O vereador do Rio, Pedro Duarte (Novo), lança, no próximo dia 5 de junho, a partir das 18h30, o livro ‘O Rio Tem Jeito’, que reúne artigos escritos por ele ao longo dos últimos três anos, desde que assumiu o mandato. O lançamento será na Livraria da Travessa, no Shopping Leblon. Os artigos abordam temas recorrentes da atuação do parlamentar, tais como: urbanismo, importância da transparência, segurança pública, mobilidade, gestão e educação.

■ **DEPOIMENTOS** - O livro conta ainda com depoimentos de Otavio Leite (ex-deputado federal); Washington Fajardo (ex-secretário de Planejamento Urbano do Rio); Andréa Gouvêa Vieira (ex-vereadora); Cris Monteiro (vereadora de São Paulo); Marcelo Trindade (ex-presidente da CVM); e o professor em gestão pública e diretor do Insuper, André Luiz Marques.

■ **CABANA PRESERVADA** - Um ato de apoio à preservação da Cabana do Pescador, cenário de novelas e produções do cinema, e uma caminhada pelas trilhas do Morro do Vigia, no Però, marcaram a abertura da Semana do Meio Ambiente na Região dos Lagos. Por recomendação do Ministério Público Federal (MPF), o restaurante que funcionava precariamente no casario fechou as portas. Os preservacionistas e ambientalistas temem que, sem segurança, o casario, um antigo abrigo de pescadores construído em 1940, seja vandalizado.

■ **CENTRO TURÍSTICO-CULTURAL** - Os Amigos do Però, que defendem o local, sugerem que a Cabana, um dos mais fotografados da Região dos Lagos, seja transformado num centro de turístico-cultural com controle de acesso e gestão das trilhas do Morro do Vigia, criando-se aí um grande produto turístico para o Estado do Rio. A Cabana do Pescador, que foi a “Casa do Tufão” na novela Avenida Brasil, fica entre as praias das Conchas e do Però, foi tombada pelo Município e pelo Estado, através do INEPAC, graças a projetos-de-lei dos deputados Gustavo Tutuca e Dr. Serginho.

■ **EX-PREFEITO DE VOLTA REDONDA INELEGÍVEL** - Em decisão unânime, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) confirmou a inelegibilidade do ex-prefeito de Volta Redonda, Samuca Silva, nesta segunda-feira, dia 03, e negou provimento ao recurso apresentado por sua defesa. Ele foi denunciado pelo Ministério Público Eleitoral (MPE), em 2020, por abuso de poder político, quando tentava à reeleição e perdeu para o prefeito Antonio Francisco Neto, no primeiro turno. De acordo com o MPE, uma gravação mostrava ocupantes de cargos comissionados sendo convocados para a campanha eleitoral. Samuca disse que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

■ **NOVA CONCESSÃO DA BR-040** - A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou o Plano de Outorga da concessão da BR-040/495/RJ/MG, rodovia que liga o Rio de Janeiro à Minas Gerais, passando por Petrópolis, na Região Serrana. O documento agora será enviado ao Ministério dos Transportes e em seguida ao Tribunal de Contas da União (TCU) para análise e caso seja aprovado, o próximo passo é a publicação do edital para nova concessão.

■ **CONDENAÇÃO FEDERAL** - Com aprovação do plano de outorga fica mais fácil da União e a ANTT cumprirem a decisão da Justiça Federal de Petrópolis que às condenou a realização da obra de Nova Subida da Serra, paralisada há 10 anos. Além disso, a Justiça anulou o termo aditivo do contrato de concessão da Concer, que deve ser encerrado em 60 dias. A Concessionária vai recorrer da decisão.

■ **FESTIVAL SESC DE INVERNO** - O deputado estadual Vinicius Cozzolino (União Brasil) conseguirá junto à Fecomércio, levar Festival SESC de Inverno para o município de Magé, na Baixada Fluminense. O evento deve acontecer entre os dias 13 e 14 de julho, com shows de artistas nacionais, além de opções de entretenimento e lazer. A iniciativa visa impulsionar o turismo local e estimular a economia da região.

Fernando Molica

A PEC que deve morrer na praia

Acostumado a surfar nas ondas de projetos de apelo popular que contrariam teses da esquerda, o bolsonarismo corre o risco de desabar da prancha com o projeto que facilita a restrição de acesso a praias. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), relator da Proposta de Emenda Constitucional 3/2022, está na mira dos que o acusam de tentar viabilizar a privatização de trechos do nosso litoral. Ele nega que isso possa ocorrer com a aprovação da medida, mas a proposta já passou a ser conhecida como PEC da Privatização das Praias. Experiente na amplificação de conceitos como kit-gay e

banheiros unissex em escolas, o bolsonarismo, agora, é que tem o ônus de tentar explicar que a situação não é bem assim. Políticos sabem que os piores escândalos não são necessariamente os que movimentam mais dinheiro, mas os que são facilmente entendidos pela população. Não é fácil compreender histórias de remessa ilegal de dinheiro via contas CC5 ou licitações direcionadas por meio de peçadinhas colocadas em editais. Mas todo mundo saca o que está em jogo quando alguém esconde dinheiro na cueca ou é acusado de bater na mulher. No caso da PEC, a história da

privatização ganhou as redes. Ao longo dos últimos anos, bolsonaristas souberam, como nenhum outro grupo político, ressaltar posições da esquerda rejeitadas por boa parte da população, como as ligadas ao combate à violência ou à chamada agenda de costumes. Não vacilaram também em espalhar mentiras ou versões deformadas de iniciativas ou declarações de adversários. Demonstraram grande habilidade ao adaptarem o discurso corporativista-militar de Jair Bolsonaro à tsunami conservadora que, ancorada no avanço evangélico, passou a varrer o país. Não vacilaram em dar viés de modernidade

a teses que justificavam a derubada de florestas e o avanço sobre territórios indígenas. Levada ao chão depois de caixotes sucessivos gerados pelas acusações de corrupção e pela crise econômica do governo Dilma Rousseff, a esquerda demonstra dificuldades até para defender teses de sua cartilha, como ficou comprovado nas votações que restringiram saídas temporárias de presos. Assim, aprovada com facilidade na Câmara em 2022, a PEC 3/2022 parecia seguir um caminho tranquilo no Senado. Navegava embalada pela justificativa de que apenas acabaria com a cobrança do laudêmio e do foro de terras

da União em áreas de marinha, ou seja, vizinhas ao mar (nada a ver com a Marinha do Brasil). Facilitaria muito a possibilidade de detentores do direito de uso desses imóveis passassem a ser seus proprietários. Mas no rastro da discussão estimulada pela tragédia gaúcha, ambientalistas frsaram que a mudança diminuiria a proteção do litoral. E, como frsaram deputados de esquerda em 2022, a possibilidade de venda de terrenos abriria margem para o controle de acesso a praias por parte de empreendimentos imobiliários/hoteleiros. Essas áreas não deixariam de ser públicas,

o problema seria conseguir chegar até elas. As repetidas declarações de Jair Bolsonaro favoráveis à criação de uma “Cancun brasileira” em Angra dos Reis e a participação do amigo Neymar em empreendimento no Nordeste que alardeia acesso exclusivo ao mar fecharam o quebra-cabeças. Não dava pra não ligar os pontos: a PEC ameaça invadir nossas praias. O Congresso já demonstrou não ter medo de tomar medidas absurdas, mas costuma ser cauteloso na hora em que percebe o risco de cair de cara na areia. Não dá pra apostar, mas, ao que tudo indica, a tal PEC será afogada.